

Comissão de Educação do Fórum do Maciço

Uma experiência em escolas de Florianópolis/SC¹

JÉFERSON SILVEIRA DANTAS*

RESUMO: O artigo debate a experiência política e pedagógica de uma comissão de escolas públicas para crianças e jovens dos territórios dos morros da cidade de Florianópolis/SC, entre 2001 e 2012, com as demandas das unidades de ensino pela qualidade da aprendizagem de crianças e jovens em situação de risco e o papel do Estado no aprimoramento pedagógico dos educadores das escolas do Maciço do Morro da Cruz.

Palavras-chave: Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Comissão de Educação. Experiência política e pedagógica. Escolas públicas.

Considerações iniciais

O enfoque deste artigo está relacionado à experiência política e pedagógica de uma comissão de escolas públicas que atendiam, fundamentalmente, crianças e jovens dos territórios dos morros de Florianópolis (área insular).² Para o geógrafo marxista britânico David Harvey (2006), determinadas diferenças geográficas (espaciais e temporais) são construções históricas, produzidas e reproduzidas continuamente por meio de decisões políticas, econômicas e socioecológicas. Os desenvolvimentos geográficos desiguais, nos termos de Harvey (2006), são analisados sob a ótica do poder destrutivo do capital, tornando populações inteiras vulneráveis a todo e qualquer tipo de violência; ao desemprego estrutural; à ausência de serviços básicos de saúde e escolarização; e à deterioração da vida.

* Historiador e Doutor em Educação. Professor no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (CED/UFSC). Pesquisador e membro do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas e Trabalho (GEPETO), vinculado ao Programa de Pós-Graduação do CED/UFSC. Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Educação (CME) de Florianópolis/SC. Coordenador-Adjunto do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (Pnem) em Santa Catarina. Florianópolis/SC - Brasil. *E-mail:* <jeferson.dantas@ufsc.br>.

Em Florianópolis, que em quatro décadas teve um adensamento populacional bastante intenso devido aos processos migratórios integrados à especulação imobiliária, as condições de moradia e de trabalho vão se tornando cada vez mais precárias, com a constituição de favelas em áreas periféricas da capital catarinense e em cidades vizinhas. Nos territórios dos morros do maciço³ do Morro da Cruz (num contingente populacional beirando aos 30 mil habitantes), essa farta força de trabalho, notadamente proveniente da área rural, acaba por se dirigir à construção civil, denotando outras formas de expressão da produção e reprodução da existência. A apropriação dos espaços urbanos e a sua conversão em capital imobiliário fazem com que o capital fundiário e o produtivo se relacionem de tal forma que os espaços ditos periféricos vão se encolhendo, correndo sérios riscos de serem tomados pela lógica privatista que impera nesse município (SOUZA, 1994).

Igualmente, não há como dissociar o espaço onde habitam as crianças e jovens dos territórios dos morros e encostas de Florianópolis dos espaços de escolarização, que atendem majoritariamente a esse público escolar. Tais espaços – territórios dos morros e as unidades de ensino públicas – apresentam racionalidades particulares de convívio, o que precisa ser atentamente observado na elaboração de proposições políticas e pedagógicas. David Harvey (2006) adverte que legados histórico-geográficos, formas culturais e modos de vida distintos apresentam, contraditoriamente, manifestações de direito à vida, à dignidade e aos serviços básicos de educação, saúde e moradia. Em outras palavras, torna-se essencial ampliar o debate sobre as desigualdades sociais em contextos aparentemente democratizados. Os mecanismos perversos de avaliação escolar e uma “inclusão desigual” podem ser trágicos para crianças e jovens que não apresentam os códigos culturais esperados pela escola (DUBET, 2003, 2008).

Para a concretização de tais “espaços de esperança” ou – para usar mais uma expressão de Harvey – a constituição de “espaços de utopia”, deve-se levar em consideração o legado sociocultural dos territórios dos morros, suas proposições e inserções políticas na cidade. Harvey (2006, p. 201-202) assinala que a divisão do espaço urbano numa “colcha de retalhos”, formada por “ilhas de relativa opulência”, ocasiona a fragmentação do espaço metropolitano e a perda da sociabilidade em meio à diversidade, além de uma “postura defensiva localizada com relação ao resto da cidade, que se torna politicamente fracionada, se não completamente disfuncional.”

Logo, compreender a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC), que até 2012 reunia cinco escolas públicas⁴, é muito mais do que analisar a dimensão pedagógica dessas unidades de ensino; é, sobretudo, entender a extensão do projeto político do Fórum do Maciço do Morro da Cruz,⁵ iniciado em 1999, tendo como parâmetro as demandas dos territórios dos morros e sistematizado no *fórum ampliado*⁶.

Comissão de Educação do Fórum do Maciço, ações comuns e eleição para diretores

Nesta seção trataremos da experiência política e pedagógica da CE/FMMC, atendo-nos a três aspectos: a) a gênese da CE/FMMC e suas ações comuns (culturais e ambientais); b) o caráter temático da formação continuada da CE/FMMC; e c) o processo da eleição direta nas escolas associadas à CE/FMMC.

Para a elaboração deste estudo, baseamo-nos, sobretudo, nas atas das reuniões realizadas pela CE/FMMC entre os anos de 2003 e 2010, notadamente, assim como dados relacionados à formação continuada realizada pela Comissão de Educação; informações oficiais provenientes da Secretaria de Estado da Educação (SED), Gerência Regional de Educação (GERED), Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE); documentos iconográficos e audiovisuais armazenados pela CE/FMMC no registro de suas ações comuns e em seu processo de formação continuada.

Além disso, analisamos as entrevistas realizadas com o coordenador e o secretário-geral do FMMC, representantes e ex-representantes da CE/FMMC. No total, foram realizadas oito entrevistas entre 2008 e 2011. Importante destacar que essas entrevistas nos possibilitaram preencher determinadas lacunas, insuficientemente sinalizadas ou indicadas pelas fontes pesquisadas⁷.

A constituição da CE/FMMC se deu em outubro de 2000, a partir de um convite realizado pelo coordenador-geral do FMMC, Wilson Groh⁸, às escolas públicas que atendiam aos territórios dos morros de Florianópolis. O motivo do convite era a problemática da violência nos morros e nas escolas, fruto da presença do narcotráfico. Nesse primeiro momento, contou-se com o apoio da Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público e demais secretarias de Estado para a ampliação da discussão sobre as principais dificuldades estruturais nos morros do maciço do Morro da Cruz. Logo, a CE/FMMC nasceu desse processo de debate sobre o distanciamento das escolas em relação à realidade dos territórios dos morros, tendo os seus primeiros encontros na escola de educação básica Lúcia do Livramento Mayvorne⁹ e se estendendo para as escolas Jurema Cavallazzi, Celso Ramos, Lauro Müller e o Centro de Educação Infantil (CEI) Cristo Redentor, sobretudo.

Os elementos que procuravam discutir a “identidade da CE/FMMC” estavam aliçados nos seguintes aspectos: 1) conhecer os processos migratórios e regionais da população que habita os territórios dos morros; 2) identificar os “problemas comuns”, que unificavam a CE/FMMC; 3) compreender a escola como “espaço da comunidade” e não como “um espaço da comunidade”; 4) repensar as práticas pedagógicas docentes em função da formação continuada das unidades de ensino associadas à CE/FMMC; 5) combater coletivamente a evasão e a multirrepetência; 6) defender uma gestão democrática e participativa por meio da eleição direta para diretores com o apoio das comunidades

locais; 7) politizar o processo de formação continuada como eixo principal da existência da CE/FMMC, apropriando-se da luta coletiva do FMMC e de seus engajamentos empíricos; e 8) defender um ensino de qualidade para as escolas associadas à CE/FMMC. Tais elementos, de certa forma, sintetizam os princípios filosóficos e pedagógicos da CE/FMMC, aprofundados, ampliados e reelaborados durante as etapas de formação continuada.

No cerne dessa aproximação entre as escolas e os morros surgiram três ações comuns permanentes da CE/FMMC: o *Pacto das Águas*; a *Mostra Ambiental*; e a *Mostra Cultural*. Tais ações extrapolavam a ideia de uma festividade cívica ou uma atividade de cunho extracurricular, mas, principalmente, uma articulação que conjugasse a compreensão da destruição da vegetação dos morros de Florianópolis; a ausência de água potável nesses territórios; e a potencialização e visibilidade artística das crianças e jovens dos morros do maciço.

Entre 2003 e 2007, notadamente, as mostras ambientais contaram com o apoio estratégico do Laboratório de Análise Ambiental (LAAm) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenado pelo professor doutor Luiz Fernando Scheibe. Tal apoio estava assentado no projeto “Plano comunitário de urbanização e preservação do maciço central de Florianópolis”, que em parceria com a Comissão de Meio Ambiente (CMA/FMMC) e a CE/FMMC concretizou a primeira *Mostra Ambiental* no ano de 2003. Foram apresentados diversos painéis temáticos, resultados de pesquisas *in loco* nos morros do maciço. No entanto, as mostras ambientais não tinham apenas caráter informativo ou ilustrativo¹⁰. As pesquisas do LAAm buscavam instrumentalizar e assessorar a CMA/FMMC e a CE/FMMC para a elaboração de um plano diretor específico para os morros, favorecendo a integração “cidade/maciço” (SCHEIBE et al., 2004).

Do que foi relatado até aqui, pudemos depreender empiricamente que as ações conjuntas das escolas associadas à CE/FMMC, embora presentes no calendário escolar dessas unidades de ensino, ainda estavam longe de se configurarem como ações efetivamente orgânicas. Em 2006, na avaliação coletiva das ações comuns realizadas pela CE/FMMC, seus representantes concluíram que ainda era necessário aprimorar a relação entre os estudantes e os professores na organização das mostras ambientais e culturais, além de que a “qualidade” dos trabalhos apresentados – principalmente nas mostras ambientais – ainda estava aquém do esperado. Os representantes da CE/FMMC assinalavam do mesmo modo que os parlamentares catarinenses não visitavam a *Mostra Ambiental*, embora ela estivesse concentrada no *hall* da Assembleia Legislativa (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2006). Tais expectativas frustradas se refletiam ainda no interior das próprias unidades de ensino, onde os diretores das escolas se queixavam constantemente do pouco envolvimento dos professores nas ações comuns da CE/FMMC, sobrecarregando sempre os mesmos trabalhadores em educação. As expressões mais

utilizadas pelos representantes da CE/FMMC eram: “angústia” e “falta de compromisso” no “interno das unidades de ensino”.

Além disso, o Estado também frustrava as expectativas da CE/FMMC ao não levar adiante o Decreto Estadual nº 190, de 6 de maio de 2003, que tratava do plano de desenvolvimento social para as áreas empobrecidas de Florianópolis – projeto-piloto do Maciço da Cruz (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2007). Tal decreto previa a concepção de uma Comissão Intersetorial de segurança preventiva e de qualidade de vida nos morros. Durante o ano de 2003, foram realizadas 11 reuniões dessa Comissão Intersetorial para a implantação do projeto-piloto previsto no Decreto nº 190, que acabou nunca saindo do papel. Como o decreto não teve força de lei, em 2004, as lideranças comunitárias do maciço e suas respectivas comissões optaram pela estratégia de “audiências públicas” como forma de interlocução com o governo estadual, exigindo não só o que o decreto de 2003 apontava, mas ampliando suas bases reivindicatórias.

Em 2005, a prefeitura de Florianópolis decretou que as áreas de ocupação do maciço do Morro da Cruz seriam Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), em conformidade com a Lei Federal nº 10.257, que instituiu o “estatuto da cidade” (LEMA; SILVA, 2007). Um ano depois, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal entraram na pauta de reivindicações dos morros.

Se tomarmos os principais elementos que, teoricamente, unificavam as unidades de ensino, perceberemos os imensos desafios e contradições a serem superados. O primeiro – conhecer a heterogeneidade populacional nos territórios dos morros de Florianópolis –, ainda era uma fronteira a ser transposta, do ponto de vista de como essas pessoas produzem a sua vida material ou do ponto de vista das diferentes realidades regionais das quais elas se originaram.

No que diz respeito ao segundo e terceiro elementos – o que unificava as escolas associadas à CE/FMMC e a escola como “espaço da comunidade” –, havia uma compreensão inerte por parte dessas unidades de ensino de que o público escolar vem de uma mesma realidade, porém as práticas pedagógicas não mudavam em função disso. Considerando o quarto elemento (formação continuada e práticas pedagógicas), não nos parece – de acordo com a análise dos documentos produzidos pela CE/FMMC – que o processo de formação continuada atendia aos interesses dos professores em seus contextos escolares, muito menos ampliava/reestruturava os projetos políticos e pedagógicos dessas unidades de ensino.

O quinto aspecto – combater coletivamente a evasão e a multirrepetência – foi um desafio permanente, tendo em vista os números cada vez mais reduzidos de matrículas e a desastrosa consequência de fechamento de três unidades de ensino pelo poder público que atendiam crianças e jovens dos morros. O Estado se desresponsabilizava de sua tarefa precípua em oferecer uma educação de qualidade e condições dignas de trabalho aos professores. Afinal, a diminuição das matrículas não era condição única das

escolas associadas à CE/FMMC, mas um fenômeno que vinha se ampliando em várias unidades de ensino espalhadas pela Grande Florianópolis. A questão que precisaria ser exaustivamente discutida e investigada, tanto pelo poder público quanto pelas escolas envolvidas, era justamente o porquê de crianças e, sobretudo, jovens estarem fora das escolas. Por que as matrículas diminuem? Onde estão as crianças e jovens em idade escolar? O que significa para as famílias dessas crianças e jovens terem as escolas próximas de suas residências desativadas pelo poder público?

Os demais princípios defendidos pela CE/FMMC (gestão democrática, eleição direta para diretores, politização da formação continuada e ensino de qualidade) eram elementos tensionadores na articulação da CE/FMMC, tendo em vista que nem todos os professores concordavam com a eleição direta, tema que será discutido mais adiante.

O caráter temático da formação continuada da CE/FMMC

Na gênese da CE/FMMC, as escolas Lúcia do Livramento Mayvorne, Jurema Cavallazzi, Lauro Müller, Celso Ramos e o Centro de Educação Infantil Cristo Redentor organizaram-se e elaboraram um projeto de formação continuada de 360 horas, posteriormente aprovado pela SED para os três anos subsequentes (2001, 2002 e 2003). O projeto objetivava subsidiar teoricamente e metodologicamente a construção coletiva dos PPP das escolas envolvidas, ressaltando-se a escolha de temáticas afins, sobretudo aquelas voltadas ao currículo, à metodologia de ensino e à avaliação. A temática de formação continuada¹¹ foi denominada *Projeto Político-Pedagógico: uma produção coletiva*, visando estabelecer ações comuns, atingindo um universo de 250 profissionais das unidades de ensino e beneficiando aproximadamente seis mil estudantes (NACUR, 2002).

As temáticas propostas pelas escolas associadas à CE/FMMC e devidamente aprovadas pela SED para o projeto de formação continuada, no primeiro momento, eram as seguintes: 1) conjuntura mundial e suas tendências frente à globalização; 2) políticas públicas: a educação como um direito social coletivo; 3) relações de poder na escola e na sociedade; 4) gestão democrática (administrativo-financeira e pedagógica); 5) diversidade sociocultural, ética e gênero; 6) construção da unidade político-pedagógica na diversidade dos níveis e modalidades de ensino; 7) currículo: avaliação como processo, metodologia, interdisciplinaridade, ritmo, tempo, espaço, conteúdos e conhecimento; 8) ética, cidadania e valores; 9) educação e tecnologia; 10) concepções pedagógicas e teorias de ensino-aprendizagem; 11) processo de ensino-aprendizagem e construção do conhecimento a partir da realidade; 12) conhecimento científico e saber popular; 13) escola como espaço público de produção do conhecimento; 14) cultura, lazer e recreação; 15) evasão e repetência; 16) avaliação da prática educativa; 17) violência e trabalho infanto-juvenil; 18) educação ambiental; e 19) influência dos meios de comunicação na formação, controle

e alienação dos sujeitos sociais (NACUR, 2002). Percebe-se aqui que, em sua gênese¹², a CE/FMMC, aparentemente, tinha clareza de seus princípios filosóficos e pedagógicos, representados de forma densa nesses 19 tópicos de formação continuada docente.

Contraditoriamente, o que nos chama a atenção é que desde a composição da CE/FMMC já havia uma grande insatisfação dos professores dessas unidades de ensino em relação ao modelo de formação continuada¹³. Para os professores, era necessário “praticizar” os eixos temáticos discutidos nas escolas, subordinando tais conhecimentos à prática pedagógica cotidiana. Em outras palavras, o que estava em jogo era o modelo de formação continuada, assentado em palestras, seminários etc. Os professores reivindicavam uma formação mais interativa, onde pudessem trocar experiências, elaborar planos de ensino conjuntos e/ou realizar oficinas temáticas.

Analisando o caráter temático da formação continuada em serviço da CE/FMMC e os seus pontos convergentes e/ou divergentes, poderíamos elencar os seguintes aspectos: a) como eram definidas as temáticas da formação continuada e por que determinadas temáticas consideradas centrais (avaliação, violência, currículo, PPP, meio ambiente, sexualidade) foram se “perdendo” durante as sucessivas etapas da formação continuada? b) quem definia o convite aos palestrantes e os referenciais bibliográficos que deveriam ser lidos pelos professores nas etapas da formação continuada? c) os horários, os locais e as condições concretas para as etapas da formação continuada eram condizentes com a realidade dos professores? d) a formação continuada em serviço e as respectivas práticas pedagógicas nas unidades de ensino associadas à CE/FMMC eram interdependentes? e) até que ponto a CE/FMMC tinha autonomia pedagógica e financeira para a estruturação de seu processo de formação continuada?

As temáticas de formação continuada eram sugeridas pelas representações da Comissão de Educação e, posteriormente, discutidas em cada uma das escolas. Contudo, como a CE/FMMC não recebia qualquer financiamento estatal¹⁴ para a realização do processo de formação continuada em serviço, os palestrantes em muitos casos não tinham vinculação direta com o mundo acadêmico, atrelando-se à Comissão de Educação de forma voluntária e descontínua. Os eixos temáticos elaborados pela CE/FMMC em variadas situações nem mesmo eram referenciados na formação continuada, configurando-se como uma grave contradição em relação ao que se discutia nas reuniões da CE/FMMC. Em outras palavras, denotava-se que as temáticas da formação continuada eram amplas e difusas.

Numa preparação de formação continuada em serviço, tendo como público-alvo professores que atendem a crianças e jovens dos morros, os aspectos centrais de “crença na possibilidade de resolução dos problemas sociais sem a superação radical da atual forma de organização da sociedade, tendo como centro dinâmico a lógica do capital” (DUARTE, 2010, p. 34-35), pareciam realmente intransponíveis. Aliás, qualquer perspectiva idealista e paliativa no campo educacional apenas incide em princípios segundo os

quais os problemas sociais são resultados de “mentalidades errôneas” ou de “desvios comportamentais”; logo – e a Comissão de Educação era pródiga em tais exemplos –,

[...] a violência crescente na contemporaneidade poderia ser combatida por uma educação para a paz. A destruição ambiental poderia ser revertida por programas de educação ambiental. O desemprego poderia ser superado por uma formação profissional adequada às supostamente novas demandas do mercado de trabalho. Esse idealismo chega ao extremo de acreditar ser possível formar, no mesmo processo educativo, indivíduos preparados para enfrentarem a competitividade do mercado e imbuídos do espírito de solidariedade social. (DUARTE, 2010, p. 35).

A crítica do educador Newton Duarte é acertada. Despojada de uma identidade formacional contundente, a Comissão de Educação articulou temáticas (e formadores) sem uma concepção firme do que desejava constituir em termos de ampliação e reelaboração de seus projetos políticos e pedagógicos. E conjuga-se aqui mais uma crítica, ou seja, as escolas associadas à CE/FMMC, “seduzidas” pelas ideias originárias do construtivismo, da educação popular e do multiculturalismo – com implicações prolixas para o currículo da educação básica –, trouxeram para o território escolar as concepções pós-modernas no campo educacional, com “toda sua carga de irracionalismo e anticientificismo” (DUARTE, 2010, p. 43).

O terceiro aspecto (horários e locais da formação continuada) era previsto com antecedência pela Comissão de Educação no início do ano letivo, a partir do projeto de formação em serviço e com a respectiva totalização de sua carga horária. Acontece que nem todos os professores podiam participar de todas as etapas de formação continuada, pois trabalhavam em outras unidades de ensino e nem sempre eram dispensados dessas escolas para se dedicarem à formação da Comissão de Educação. Cabe ressaltar também que esses professores que participavam de algumas etapas da formação continuada não tinham direito à certificação.

O quarto aspecto se refere à articulação das práticas pedagógicas realizadas em cada unidade de ensino com o processo de formação continuada. Dificilmente se percebia nessas escolas mudanças significativas em termos de práticas pedagógicas, como se a formação continuada em serviço fosse um momento à parte, desvinculado do trabalho do professor em seu cotidiano escolar. Talvez um exemplo marcante do que foi apontado aqui se refira à não inclusão dos princípios filosóficos e pedagógicos da Comissão de Educação em grande parte dos PPP das unidades de ensino. Entretanto, para não incorrerem na culpabilização dos professores, parece-nos dificultoso também haver uma prática pedagógica consistente nas escolas, com o elevado índice de professores admitidos por meio de contratos temporários (ACT) e precarizados. A cada ano letivo, altera-se o quadro funcional do corpo docente de cada unidade de ensino e isso significa um recomeço à formação continuada em serviço. Em algumas escolas, o índice de professores ACT era maior do que aquele apresentado por professores efetivos.

Por fim, no quinto e último aspecto, a autonomia financeira da CE/FMMC para a estruturação de sua formação continuada sofria toda a sorte de limites, tendo em vista que dependia quase que exclusivamente de projetos de extensão das universidades públicas. As gestões governamentais em Santa Catarina imprimiram nos últimos anos uma política de arrocho salarial e sucateamento dessas escolas, exigindo somente consertos burocráticos que não colocassem em risco o calendário escolar.

Podemos depreender ainda que os conflitos institucionais e as demandas específicas das unidades de ensino estavam permeados muitas vezes pelas diferenças ideológicas entre os educadores, que podiam definir as características da *cultura escolar* e de sua *experiência pedagógica*. É possível encontrar nas escolas associadas à CE/FMMC, por exemplo, educadores que defendiam a eleição direta para diretores e educadores que apoiavam a indicação de diretores por meio de partidos políticos. Este foi um dos principais desafios da CE/FMMC nos últimos anos. Soma-se a isso a maneira como os professores comumente produzem sua vida material (com jornadas de trabalho que incluem até três escolas por dia), dificultando, sobremaneira, o compromisso requerido para atender adequadamente crianças e jovens dos morros.

O processo de eleição direta nas escolas associadas

Atualmente, não existe no estado de Santa Catarina eleição direta para a escolha de diretores em suas unidades de ensino. Durante o processo de redemocratização do País na década de 1980 e com a eleição direta para governadores em 1982, Santa Catarina vivenciou uma curta experiência democrática em suas escolas durante a construção do Plano Estadual de Educação (1985-1988), exigindo do seu governador na época, Esperidião Amin, o fim da indicação de cargos de confiança nas direções escolares (DANTAS, 2009). Com o término do governo Amin e a eleição do peemedebista Pedro Ivo Campos (1987-1990), houve um retrocesso em tal processo democrático e as escolas voltaram a ter direções indicadas pelo Poder Executivo.

As escolas associadas à CE/FMMC, entretanto, a partir da organização política iniciada nos territórios dos morros que, posteriormente, estendeu-se para as unidades de ensino, passaram a exigir, do poder público, eleição direta para as escolas, dadas as especificidades de seu público escolar. Assim, por meio do gabinete do deputado estadual e, posteriormente, secretário de Segurança Pública, João Henrique Blasi (PMDB), mediante a entrega de um ofício pelas escolas associadas à CE/FMMC, garantiu-se a nomeação dos diretores eleitos no final do ano de 2002. Os diretores eleitos, de acordo com os critérios do processo eleitoral discutido coletivamente em cada escola e na CE/FMMC, ficariam na direção por um período de dois anos, podendo ser reconduzidos por mais dois anos.

De acordo com as fontes documentais da CE/FMMC, podemos inferir que a primeira geração de diretores, apesar de suas diferenças ideológicas e também de cunho pedagógico, discutia exaustivamente o caráter identitário da Comissão de Educação, o que inevitavelmente passava pela condução de suas gestões em cada realidade escolar específica. Para a CE/FMMC, o processo de eleição direta para diretores deveria ser encarado de forma “descentralizada”, sem a interferência estatal, em que a direção escolar nada mais era do que uma “prestação de serviço público” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2004a). Logo, a CE/FMMC defendia que a eleição direta para diretores deveria ser um direito de todas as escolas públicas de Santa Catarina.

Mas, mesmo com os critérios eleitorais devidamente estabelecidos entre as escolas associadas à CE/FMMC, a eleição nessas unidades de ensino nem sempre ocorria de forma satisfatória. Na escola Celso Ramos, por exemplo, houve suspeita de fraude e muitos professores não aceitaram a condução do processo eleitoral (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2004b). Já na escola Henrique Stodiek, o processo eleitoral foi bastante tumultuado e com muitas falhas no regimento. Segundo relatos da diretora dessa escola, o processo eleitoral foi permeado por “chantagens”, “acusações”, “coações” e “ausência de lealdade”.

O “apagar das luzes” de 2006 foi marcado por mudanças no secretariado do governo Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Para a Secretaria de Educação, definiu-se o nome de Paulo Roberto Bauer (PSDB), que realizou uma gestão distinguida pela intransigência e ausência de diálogo com os representantes do Sinte, professores, diretores e com a CE/FMMC. Com um plano diretor em discussão em Florianópolis, além das incipientes obras do PAC, a população dos morros voltou a reivindicar ações mais concretas do poder público. Em janeiro de 2007, foi enviada uma carta ao governador do estado, onde se enfatizava um “plano de desenvolvimento social para as áreas empobrecidas de Florianópolis”, em concordância com o Projeto Piloto do Maciço do Morro da Cruz (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2007b). Exigia-se também a continuidade do projeto “merenda sem agrotóxico”, restabelecendo a relação com as famílias da área rural na construção de um “projeto sustentável” de educação ambiental.

Se fizermos uma avaliação simplificada de que a primeira geração de representantes da CE/FMMC era mais atuante do que a segunda geração, fatalmente deixaremos de lado os desdobramentos políticos que vieram à tona com o segundo mandato do governo Luiz Henrique da Silveira (2007-2010). Por outro lado, as diferenças de liderança pedagógica eram flagrantes nos dois momentos históricos. Os diretores eleitos ou indicados no final de 2006 não possuíam histórico de participação em movimentos sociais e nem sempre acatavam as deliberações da própria CE/FMMC. Houve um dismantelamento no interior da própria Comissão de Educação, o que contribuía para a sua fragilidade diante dos enfrentamentos em relação às ameaças das agências educacionais catarinenses.

Vale lembrar que, em tal conjuntura, as demais comissões do Fórum do Maciço também haviam se dispersado, o que enfraquecia as interlocuções com o poder público.

As tentativas de audiência da CE/FMMC com o secretário de educação, Paulo Roberto Bauer, foram inglórias até o final de 2010. Durante a gestão de Bauer, a secretária-executiva da CE/FMMC teve o seu pedido de afastamento das atividades pedagógicas indeferido, sem poder atuar exclusivamente na Comissão de Educação, desfazendo o acordo efetivado com a ex-secretária de educação, professora Elizabete Anderle (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2008b). A diretora da escola Silveira de Souza foi afastada do cargo, por não ter permanecido na escola durante o recesso escolar de final de ano¹⁵. A vaga foi ocupada por uma professora da escola Antonieta de Barros, que apresentou um projeto de gestão à SED, sem fazer qualquer contato com a CE/FMMC. Com todas as dificuldades inerentes às direções escolares, a CE/FMMC decidiu encaminhar a situação calamitosa de suas unidades de ensino e dos territórios dos morros para o Ministério Público, tendo em vista a impossibilidade de diálogo com a Secretaria de Estado da Educação.

No final de 2008, teria de ser realizado mais um processo eleitoral nas escolas associadas à CE/FMMC. Todavia, a discussão sobre a eleição para diretor e assessor ficou bastante comprometida com a pouca organização das unidades de ensino nas respectivas comunidades escolares. O coordenador-geral do FMMC, Vilson Groh, assinalava que era necessário ter um coletivo forte que “bancasse o processo eleitoral” e que a CE/FMMC teve perdas políticas sensíveis nos últimos anos (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2008b). A representante do Sinte¹⁶ de Santa Catarina na reunião da CE/FMMC, professora Carla Martins Oliveira, comentou sobre a importância de se construir a consciência da eleição nas escolas e não ter a “eleição pela eleição”, mas, sim, a “escola como protagonista” do processo (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2008c).

A desarticulação da CE/FMMC era um sintoma do que já vinha sendo discutido nas reuniões envolvendo as representações dessas escolas, notadamente em relação à dificuldade em se contrapor às ameaças sistemáticas das agências educacionais catarinenses, assim como o não encaminhamento do que era discutido em relação aos processos eleitorais em cada unidade de ensino.

Contudo, é importante se avaliar o “avanço” e a “permanência” do processo de eleição direta nessas unidades de ensino. Os avanços mais significativos diziam respeito à continuidade do processo eleitoral nessas escolas, ainda que não houvesse a certeza da nomeação oficial dos representantes eleitos pela SED. Além disso, a CE/FMMC passou a se articular de forma sistemática com o Sinte regional por intermédio de reuniões e manifestações conjuntas (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2004c). Outro avanço importante foi o amadurecimento do processo identitário da Comissão de Educação, já que nos últimos anos se retomaram os seus princípios filosóficos e pedagógicos e sua discussão em cada unidade de ensino.

As “permanências” mais evidentes se alojavam no não encaminhamento conjunto do que era decidido pela CE/FMMC. As posturas políticas de determinadas representações da Comissão de Educação ainda eram bastante díspares, a ponto de algumas escolas não levarem adiante o processo de eleição direta no final do ano letivo de 2010. Além do que, durante as greves realizadas pelo magistério catarinense nos últimos anos, a Comissão de Educação também não conseguiu imprimir, de forma articulada, deliberações comuns, principalmente no que concernia ao envio e não envio das faltas dos professores grevistas para a Secretaria de Estado da Educação (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2004a).

As divergências entre as proposições ou encaminhamentos políticos do Sinte e da CE/FMMC ganharam destaque em 2008. A questão central era, justamente, compreender os limites da participação de uma representação do Sinte regional nas reuniões da Comissão de Educação, de modo que não se configurasse como mais um espaço de “discussão sindical” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2008d). Não obstante, as representações do Sinte regional nas reuniões da Comissão de Educação favoreciam leituras conjunturais ampliadas da realidade educacional em Santa Catarina, e isso não podia ser desconsiderado em tal contexto. As lutas da Comissão de Educação não eram diferentes daquelas engendradas pelo Sinte, tendo em vista que as condições de trabalho dos professores (rotatividade, ausência de concurso público, jornadas extensas de trabalho, plano de carreira insatisfatório etc.) e o sucateamento das unidades de ensino estavam no horizonte de problematização das duas instâncias de articulação coletiva.

Considerações finais

Os desafios desta investigação tiveram como contornos analíticos a compreensão e a sistematização da experiência histórica da Comissão de Educação, enquanto expressão de um coletivo (não necessariamente formado apenas por educadores). Os *espaços coletivos de esperança* foram se estruturando e se adensando nas diferentes comissões do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, com inegáveis contribuições nos espaços dos morros e nos espaços educativos (DANTAS, 2013).

A CE/FMMC também apresentava uma relação ambígua com o Sinte de Santa Catarina. Embora para que representações do sindicato participassem ativamente das reuniões da CE/FMMC, favorecendo o fortalecimento político de suas escolas associadas e auxiliando em seu processo de formação continuada. Inúmeras vezes foi relatado nas reuniões da CE/FMMC que a “luta do sindicato” era diferente da “luta da Comissão de Educação”. Essas questões nunca foram devidamente aprofundadas ou problematizadas nas reuniões da CE/FMMC, indicando a necessidade de um diálogo que ultrapassasse colaborações pontuais.

Um ensino de qualidade preconizado e desejado pela CE/FMMC, para além do que isso revelava em termos retóricos, teria de ser examinado, necessariamente, à luz das condições de formação inicial e continuada dos professores. Tudo que estivesse no plano da “aparência” ou do “imediato” teria de ser problematizado, em função das questões “essenciais” que se encontravam no âmago das problemáticas educacionais.

Para Suchodolski (1976), uma concepção pedagógica interessada apenas na “realização de valores” e não comprometida com a transformação da ordem social vigente não passa de uma pedagogia burguesa pseudo-humanista. A formação docente e o trabalho educativo, vinculados aos engajamentos empíricos (o que pressupõe o reconhecimento da luta de classes), devem se apresentar diante de desafios efetivamente “novos”. Para tanto, as concepções tradicionais de ensino devem ser radicalmente transformadas e o trabalho educativo deve se comprometer com a luta política pela “libertação do homem das cadeias de opressão de classes e deve considerar-se sob o aspecto das grandes perspectivas de uma transformação radical e paralela das circunstâncias e dos homens.” (SUCHODOLSKI, 1976, p. 179).

Assim, os desafios para as escolas associadas à CE/FMMC necessitavam levar em consideração a ação intencional do Estado no desmonte da educação pública. Esse “quadro devastador”, que penaliza a classe trabalhadora, e o não direito à educação vão se tornando, nos termos de Leher (2011), uma “miragem inalcançável”, até que as crianças e os jovens se convençam de sua incapacidade em aprender.

O fato de a Comissão de Educação estar articulada em espaços institucionalizados restringia muito o seu poder de ação, pois suas lideranças pedagógicas sofriam toda a sorte de ameaças por parte do poder público por meio das secretarias e gerências. Não obstante, ficou patente a dificuldade dos professores das escolas associadas à CE/FMMC em participarem do processo de formação continuada; em mudarem suas práticas pedagógicas em sala de aula; e, sobretudo, de reconhecer quem são as crianças e jovens dos morros, muitos dos quais provenientes do meio rural catarinense. Porém, ao refletir sobre o seu processo identitário, a Comissão de Educação procurava alicerçá-lo, na medida do possível, no conhecimento dos processos migratórios e regionais da população dos territórios dos morros, além dos “problemas comuns” nas respectivas unidades de ensino.

Os *espaços coletivos de esperança*, portanto, não se concentravam apenas nos territórios institucionalizados, daí a necessidade em se retomar uma relação cada vez maior da Comissão de Educação com os territórios dos morros, muito isolados dos espaços educativos e das decisões coletivas. Em outras palavras, as lutas travadas entre a classe trabalhadora e a burguesia não se restringem aos espaços educativos ou escolarizados (MÉSZÁROS, 2005). Elas estão presentes na arquitetura das cidades, nos sistemas de transportes coletivos e no processo de planejamento urbano. Como Friedrich Engels compreendeu no século XIX, ao se deparar com a cidade industrial de Manchester, na Inglaterra, as cidades são pensadas e construídas de tal modo que uma pessoa pode

viver dezenas de anos num mesmo centro urbano sem ter contato algum com os bairros operários ou com a classe trabalhadora. As linhas de demarcação/segregação, criadas pela sociedade privada, seriam visíveis até mesmo nas pedras do pavimento das ruas da cidade (HUNT, 2010). Em analogia, os territórios dos morros de Florianópolis precisam mais do que nunca desvencilhar-se dos guetos, exigindo políticas públicas nos espaços de sociabilidade e, efetivamente, uma educação básica que ultrapasse os rudimentos da leitura e da escrita. E isso só é possível por meio de movimentos sociais unificados; por meio da constituição de lideranças não cooptadas e compromissadas com aquilo que é, efetivamente, público. Mais do que isso, urge superar a escola burguesa e a sociedade que se funda sobre a lógica do capital e a consequente desigualdade social.

Recebido em maio de 2015 e aprovado em setembro de 2015

Notas

- 1 Este artigo é resultado de um excerto do quarto capítulo de minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/CED/UFSDC) em março de 2012, sob a orientação da Professora PhD Célia Regina Vendramini.
- 2 A Comissão de Educação do Fórum do Maciço deixou de existir em 2012. Todavia, o seu legado tem permitido novas investigações acadêmicas em escolas localizadas em territórios periféricos na cidade de Florianópolis/SC, especialmente aquelas que atendem ao público escolar dos morros e encostas do maciço do Morro da Cruz.
- 3 Etimologicamente, o termo 'maciço' corresponde ao recorte geomorfológico irregular no qual se concentra uma população plural em termos geográficos e sociais, numa sucessão de 17 territórios reconhecidos oficialmente (DANTAS, 2013).
- 4 Chegou a ser constituída por 14 unidades de ensino.
- 5 Para saber mais a respeito do projeto político do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, ver Dantas e Vendramini (2012).
- 6 *O fórum ampliado*, como a própria expressão sugere, correspondia aos momentos de reunião e de deliberação de todas as comissões envolvidas (educação, comunicação, meio ambiente, segurança, trabalho e renda), numa organização semelhante aos Núcleos de Base (NB) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos primeiros anos do FMMC, essas reuniões ocorriam nas unidades de ensino associadas à CE/FMMC.
- 7 Os depoimentos realizados durante a pesquisa não foram disponibilizados neste artigo, assim como a análise dos documentos audiovisuais. Para saber mais a respeito, ver Dantas (2013).
- 8 Padre e morador do território do Mont Serrat. Destacou-se desde a década de 1980 como importante liderança comunitária, influenciado pelo ideário da Teologia da Libertação e o pensamento do educador pernambucano Paulo Freire (DANTAS, 2013).
- 9 Escola pública que no final de 2011 foi entregue pelo poder público à Rede Marista de Solidariedade (RMS) por um período de 10 anos, numa clara demonstração de desmonte e sucateamento de escolas periféricas, que passam a ser terceirizadas, apresentando uma direção pedagógica não laica e com reformulações curriculares estruturantes (DANTAS, 2013).

- 10 De acordo com o geógrafo Joel Pellerin (UFSC), especialista em cartografia geomorfológica, a expansão urbana no maciço do Morro da Cruz é realmente alarmante. Em 1966, a ocupação urbana do maciço era de 597 ha; em 1978 a ocupação já estava em 972 ha; em 2000, 1.193 ha; e em 2002 em 1220 ha. As áreas verdes do maciço central estão cada vez mais escassas e os riscos de deslizamentos nas encostas representam um perigo permanente para os seus moradores (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 2008a).
- 11 Não vamos nos deter, especificamente, no relato de cada modelo de formação continuada docente ocorrida desde 2001 até 2011. Contudo, é importante que se ressalte que as dificuldades estruturais para a organização dessas formações eram evidentes, tendo em vista que o Estado não oferecia as condições necessárias (locais adequados para a formação, pagamento dos cursistas/formadores, calendário flexível de formação e o respeito à autonomia pedagógica das escolas etc.).
- 12 Os representantes da CE/FMMC eram formados em sua totalidade pelos diretores das escolas até 2009. A partir de 2010, essa representação se ampliou com a participação de supervisores, orientadores educacionais e assistentes técnicos pedagógicos.
- 13 Contraditório porque os professores deveriam opinar a respeito do modelo de formação continuada da qual fariam parte. Entretanto, nem sempre as temáticas de formação se originavam do conjunto do corpo docente dessas escolas e, sim, da representação dessas unidades de ensino por meio da Comissão de Educação.
- 14 Principalmente durante a gestão do peemedebista Luiz Henrique da Silveira (2003-2010). A Secretaria de Estado da Educação dedicava-se apenas à exigência do projeto de formação continuada e o respeito aos dias letivos definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. Nos primeiros anos do governo Luiz Henrique da Silveira, as intervenções da SED nos temas de formação continuada foram pontuais, especialmente em relação à avaliação, currículo escolar e gestão democrática.
- 15 Segundo comunicado da SED, a diretora ‘tirou férias’ e não realizou o trabalho de atendimento aos pais no período de recesso escolar. A diretora afastada fora eleita pela comunidade escolar durante o tempo que esteve à frente da escola Silveira de Souza.
- 16 Representantes do Sinte regional (Grande Florianópolis) participavam ativamente das reuniões da CE/FMMC, desde 2004.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Ata da reunião ordinária da Comissão de Educação**. Florianópolis: Agência de Desenvolvimento Social e Solidário (ADESS), 14 out. 2004a.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Ata da reunião da Comissão de Educação**, Florianópolis: Agência de Desenvolvimento Social e Solidário (ADESS), 16 set. 2004b.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Ata da reunião da Comissão de Educação**. Florianópolis: Agência de Desenvolvimento Social e Solidário (ADESS), 10 dez. 2004c.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Ata da reunião da Comissão de Educação**. Florianópolis: Creche do Mont Serrat, 12 set. 2006.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Carta ao Exmo. Senhor Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Comunidade do Mont Serrat, 29 jan. 2007.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. 5ª Mostra Ambiental do Maciço do Morro da Cruz. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, jun. 2008a.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Ata da reunião da Comissão de Educação**. Florianópolis: Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Lurdes, 1 out. 2008b.

_____. Fórum do Maciço. **Ata da reunião da Comissão de Educação**. Florianópolis: Escola de Educação Básica Lauro Müller, 3 set. 2008c.

_____. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Ata da reunião ordinária da Comissão de Educação**. Florianópolis: Escola de Educação Básica Lúcia do Livramento Mayvorne, 12 mar. 2008d.

DANTAS, Jéferson. **Competências e habilidades e a formação docente no contexto das Leis 5.692/1971 e 9.394/1996 em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: CBJE, 2009.

_____. **Reescrever o mundo com lápis e não com armas**: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis. Florianópolis: Editoria em Debate, 2013.

DANTAS, Jéferson Silveira; VENDRAMINI, Célia Regina. Contradições em torno da relação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz com o terceiro setor: desafios políticos e pedagógicos. **Revista Pedagógica Unochapecó**, v. 2, n. 29, p. 37-74, jul./dez. 2012.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Tradução de Sérgio Miola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

_____. A igualdade meritocrática das oportunidades. In: DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. Tradução de Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HUNT, Tristram. **Comunista de casaca**: a vida revolucionária de Friedrich Engels. Tradução de Dinah Azevedo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LEHER, Roberto. **O público como expressão das lutas sociais**: dilemas nas lutas sindicais dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública. Disponível em: <http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir_analise.asp?Id_Sub_Analise=109&Id_Analise=6>. Acesso em: 13 jun. 2011.

LEMA, Sérgio; SILVA, Diogo Araújo da. Do outro lado do rio: uma aproximação às comunidades de periferia de Florianópolis. **Cadernos de Pesquisa em Direito**, Cesus, p. 8-9, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NACUR, Eliete Schmitz Stang. **A formação de educadores da Escola de Educação Básica Jurema Cavallazi a partir do Fórum do Maciço do Morro da Cruz**. 2002. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHEIBE, Luiz Fernando et al. Projeto: a mostra ambiental do Maciço Central de Florianópolis como elemento de integração cidade/maciço. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2., set. 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole**: a verticalização em São Paulo. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976. v. 3.

Maciço Forum for Education *An experiment in schools in Florianópolis/SC*

ABSTRACT: This article discusses the political and pedagogical experience of a commission of public schools for children and young people on the outskirts of the city of Florianópolis/SC, between 2001 and 2012. It looks at the demands facing the teaching units and the quality of learning provided for children and young people in a situation of high risk, together with the role of the State in the on-going educational improvement of the educators in the schools of Morro da Cruz in Maciço..

Keywords: Maciço forum for education in Morro da Cruz. education commission. political and pedagogical experience. public schools.

Commission d'éducation du Forum du Maciço *Une expérience dans les écoles de Florianópolis/SC*

RÉSUMÉ: L'article discute l'expérience politique et pédagogique d'une commission d'écoles publiques pour les enfants et les jeunes des territoires des collines de la ville de Florianópolis/Santa Catarina, entre 2001 et 2012, face aux exigences des unités d'enseignement pour la qualité de l'apprentissage des enfants et jeunes en situation de risque et au rôle de l'Etat dans l'amélioration pédagogique des éducateurs des écoles du Maciço do Morro da Cruz (nom du quartier).

Mots-clés: Forum Maciço do Morro da Cruz. Commission d'éducation. Expérience politique et pédagogique. Ecoles publiques.

Comisión de educación del "Foro del Macizo" *Una experiencia en escuelas de Florianópolis/SC*

RESUMEN: El artículo debate la experiencia política y pedagógica de una comisión de escuelas públicas para niños y jóvenes de las zonas desfavorecidas de la ciudad de Florianópolis/SC, entre 2001 y 2012, con las demandas de las unidades de enseñanza con respecto a la calidad del aprendizaje de los niños y jóvenes en situación de riesgo y el papel del Estado en la evolución pedagógica de los educadores de las escuelas del macizo de Morro da Cruz.

Palabras clave: Foro del Macizo de Morro da Cruz. Comisión de Educación. Experiencia política y pedagógica. Escuelas públicas.